

Em 1968, governo passou a priorizar faculdade privada

Ditadura militar foi pressionada pelos “excedentes” dos vestibulares a multiplicar vagas do ensino superior. Sem verbas para ampliar federais, optou por facilitar a liberação de novos cursos particulares

Ricardo Westin

NO MÊS PASSADO, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o governo fará o ensino superior crescer por meio das faculdades particulares. O anúncio veio logo após o ministério congelar uma parcela do orçamento das universidades federais e enfrentar protestos estudantis em várias cidades.

As instituições privadas respondem hoje por 75% das matrículas no ensino superior. Por décadas, contudo, foram as públicas que sustentaram o setor. Isso mudou no fim de 1968, quando a ditadura militar fez uma reforma universitária que, entre outras mudanças, deu o domínio do mercado à iniciativa privada.

A opção pelas faculdades particulares foi a resposta dos generais à incômoda pressão dos “excedentes” — jovens que obtinham boas notas nos vestibulares das universidades públicas, mas não eram convocados porque não havia vagas suficientes.

Para ser considerado aprovado, o vestibulando precisava tirar nota superior a 5. Assim, um curso com 100 vagas poderia ter, por exemplo, 180 aprovados. Nessa situação, 80 jovens viravam excedentes.

Documentos de 1968 guardados no Arquivo do Senado mostram que senadores da Arena (governista) e do MDB (oposicionista) cobravam uma solução do presidente Arthur da Costa e Silva.

— O espetáculo da nossa mocidade à porta das faculdades, procurando entrar e sendo barrada, é um atestado da desorganização do governo — discursou o senador Arthur Virgílio (MDB-AM).

— O problema do excedente é absurdo num país que precisa de engenheiros, médicos, biólogos, químicos — criticou Vasconcelos

Torres (Arena-RJ).

— Tenho em minha própria casa um filho que fez o exame vestibular para o curso de medicina e está hoje, com dezenas de outros rapazes, preterido por falta de vaga — exemplificou Argemiro de Figueiredo (MDB-PB).

Os estudantes passaram o ano de 1968 fazendo passeatas. Não só pediam a queda da ditadura militar, mas também cobravam mais vagas nas universidades, para acabar com o drama dos excedentes. O governo reprimiu muitas das manifestações com violência.

Em 1960, o Brasil tinha só 100 mil vagas em cursos de graduação, sendo 60% públicas e 40% privadas. Menos de 1% dos jovens entravam na universidade. Apenas cinco anos depois da reforma de 1968, as porcentagens já haviam se invertido: 40% das vagas eram públicas e 60%, privadas. Hoje há 8,2 milhões de vagas na graduação e a predominância do setor privado está ainda mais pronunciada, na proporção 75%-25%.

“Esmola”

Em 1968, o crescimento massivo das universidades públicas estava fora de cogitação. Com dificuldades orçamentárias, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) vinha retendo verbas destinadas às federais.

— Esse abandono não é por acaso — disse o senador Mário Martins (MDB-Guanabara). — Há um plano para tornar impossível o funcionamento das faculdades federais. Para quê? Para transformá-las em fundações, para que o capital privado possa interferir.

Para alguns senadores, o culpado pela existência dos excedentes era o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão vinculado ao MEC e encarregado de credenciar



Na posse do marechal Costa e Silva, em 1967, excedentes dos vestibulares pedem mais vagas nas universidades

faculdades e liberar cursos.

Vasconcelos Torres lembrou que o CFE havia começado o ano de 1968 sem dar resposta a 300 pedidos apresentados no ano anterior:

— Escravizamos o ensino brasileiro ao poder arbitrário e pessoal do CFE. Humilmente, como quem vai implorar uma esmola, brasileiros de todos os quadrantes do país acorrem ao conselho a fim de solicitar a autorização para um curso. Preenchido um mundo de formalidades, começa a batalha. Mês após mês, com enormes gastos de transporte e hospedagem no Rio, voltam ao CFE para saber da autorização. A demora pode chegar a cinco anos. Em 1967, o CFE autorizou menos escolas do que em 1966.

O senador Eurico Rezende (Arena-ES), que pouco antes havia obtido o aval do CFE para abrir a primeira faculdade privada de Brasília, discordou da avaliação do colega:

— O Conselho Federal de Educação, ao revés do que afirma Vossa Excelência, tem cumprido as suas tarefas e obrigações. Conceder autorização é colaborar com o ensino, mas negar esses atos também é colaborar com o ensino. É o que se verifica aqui no Senado quando se aprova ou se rejeita um projeto de lei. Não se diz que estamos

EXCEDENTES DE SP ACAMPAM EM FRENTE À ESCOLA POR VAGAS

SÃO PAULO (Sucursal) — Os 35 alunos excedentes do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia da USP

Jornal noticia em 1968 protesto de excedentes da Universidade de São Paulo

desservindo ao país quando rejeitamos uma proposição.

Torres respondeu:

— Vossa Excelência não pode comparar os problemas do Senado com os do conselho. Mas por que tal empenho em não dar autorizações? O CFE é constituído de reitores de universidades e diretores de escolas. O Fundo do Ensino Superior é distribuído a elas. Aumentando o seu número, ficará diminuída a parcela tocada a cada uma. Então os conselheiros reagem, solidarizam-se na defesa do interesse comum.

CPI da educação

Em julho de 1968, o presidente Costa e Silva criou uma comissão de especialistas que, depois de 30 dias de trabalho, propôs uma ampla reforma universitária. O governo transformou algumas das sugestões em decretos-leis, com vigência imediata, e outras em projetos de lei, que o Congresso foi obrigado a aprovar a toque de caixa.

Nessa reforma universitária, o governo solucionou a questão dos excedentes por meio de três expedientes. O primeiro foi acabar com a nota mínima para aprovação no vestibular e estabelecer que só seriam aproveitados os candidatos em número igual ao das vagas abertas nos editais. O segundo expediente foi conceder empréstimos e isenções fiscais a empresários

que desejassem abrir faculdades. O terceiro foi ordenar que o CFE afrouxasse as exigências e fosse mais rápido ao analisar os pedidos de novas faculdades e cursos.

Assim, além de acalmar os protestos estudantis, a ditadura atingiu os objetivos de manter o apoio da classe média (que via o diploma como caminho para a ascensão social), dinamizar o mercado educacional privado e fornecer mão de obra para a crescente indústria nacional.

O efeito colateral foi logo sentido. Em 1980, a Câmara criou uma CPI para apurar as deficiências do ensino privado. Um dos chamados a colaborar foi o senador João Calmon (PDS-ES), que tinha a educação entre as prioridades parlamentares. Ele resumiu:

— Houve uma expansão desordenada. Boa parte das instituições criadas no rush de 1968 reconhecidamente não apresenta condições para ministrar um ensino de qualidade ao menos razoável. Não dispõem sequer de bibliotecas adequadas, para não falar de professores capacitados. Além disso, há uma inadequação entre a oferta de ensino superior e a demanda da sociedade. Estamos formando profissionais demais em áreas como direito, história, letras, engenharia e medicina. Há um novo tipo de excedente: os profissionais, sérios candidatos ao desemprego.

Arquivo do Senado

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, se o Ministério está tomando alguma providência no sentido de que sejam aproveitados os excedentes aprovados nos vestibulares realizados pelas Universidades Federais?

Sala das Sessões, em 2 de março de 1967

SENADOR VASCONCELOS TORRES

Requerimento apresentado por senador pede que ministro explique medidas do MEC para aproveitar excedentes

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicada na primeira segunda-feira do mês. Acesse <http://bit.ly/arquivos>